

Autismo: os Desafios Encontrados Pelos Educadores das Séries Iniciais e as Intervenções do Psicólogo Neste Contexto

Débora Caroline Machado Matt

Daiana Mendes Dos Santos

Edilson Francisco Da Rosa Júnior

Getúlio Silva Sousa

Leticya Vieira Kist

Lucas Gusmão de Oliveira

Mariana Da Silva Rodrigues

Faculdade de Rolim de Moura – FAROL

Resumo: Esse trabalho tem por objetivo explanar as concepções e definição do transtorno do espectro autista (TEA), ressaltando assim alguns desafios que os educadores das séries iniciais encontram no seu cotidiano e como o psicólogo escolar desenvolve seu trabalho com essa determinada demanda. Trata-se de um estudo desenvolvido através de uma pesquisa bibliográfica tendo como propósito trazer conhecimento para os acadêmicos do curso de psicologia. O trabalho tem a finalidade de conhecer e compreender as concepções referente a interdisciplinaridade e das atribuições do psicólogo nesse âmbito escolar, verificar o funcionamento do trabalho dos professores frente a temática do espectro autista, como lidam, e se há uma preparação destes profissionais e da escola em relação a estes alunos. Com a elaboração da pesquisa, destaca-se a importância da capacitação dos educadores da rede escolar, para que possam entender como funciona o indivíduo com TEA e melhorar na didática representada em sala de aula. .

Palavras-Chave: Autismo. Desafio na escola. Psicólogo escolar

Autism: The Challenges Found By Early Grades Educators And The Psychologist's Interventions in This Context

Abstract: This work aims to explain the conceptions and definition of autism spectrum disorder (ASD), thus highlighting some challenges that educators in early grades face in their daily lives and how school psychologists develop their work with this particular demand. It is a study developed through a bibliographical research with the purpose to bring knowledge to the psychology course academics. The work has the purpose of knowing and understanding the conceptions regarding interdisciplinarity and the attributions of the psychologist in this school environment, verifying the functioning of the teachers' work regarding the autistic spectrum theme, how they deal, and if there is a preparation of these professionals and the school in relation to these students. With the elaboration of the research, the importance of training educators in the school network is highlighted, so that they can understand how the individual with ASD works and improve the didactics represented in the classroom.

Keywords: Autism. Challenge at school. School psychologist.

Introdução

O termo “autismo” foi introduzido inicialmente na literatura médica por Eugen Bleuler em 1911, com intuito de designar pessoas que tinham grande dificuldade de interação com demais pessoas contendo tendência fortemente para o isolamento. A lei 12.764, assegura a pessoa com transtorno do espectro autista como deficiência, para todos os efeitos legais, onde de acordo com a lei a pessoa com autismo é aquela que apresenta deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e das interações sociais.

Atualmente o sistema escolar brasileiro faz uma investigação de como deparar soluções que respondam ao acesso e à permanência dos alunos com deficiência nas escolas de ensino regular, assim algumas instituições públicas e particulares já mudaram sua organização pedagógica. Conforme a lei 9.394/96, a educação é um direito de todos, as pessoas com necessidades educacionais especiais deveriam ter atendimento educacional “preferencialmente na rede regular de ensino”, ainda que não aparecesse como obrigatória a escolarização no sistema regular.

A pesquisa proposta busca apresentar os desafios enfrentados pelos professores em seu dia a dia com alunos autistas, abordando qual o papel fundamental do psicólogo neste contexto escolar. A investigação proporcionou um levantamento bibliográfico a fim de ampliar os conhecimentos, efetivar a prática e a necessidade dos profissionais da escola a respeito do autismo e sua relação com a criança e em todo processo pedagógico.

Justificativa

Com base nas informações descritas a respeito da temática, obteve-se interesse em realizar a pesquisa bibliográfica com o objetivo de explorar as vivências dos educadores da rede de ensino, como acontece a intermediação do psicólogo neste contexto e elucidar as principais dificuldades enfrentadas diariamente pelos profissionais que executam a função de socialização e educação.

Sabendo dos desafios que o educador encontra para executar seu papel, é importante ressaltar que o

trabalho do psicólogo nas escolas auxilia não somente nas atividades escolares, mas também na vida social e familiar da criança, abrangendo um bom relacionamento entre escola, aluno e família.

A pesquisa irá contribuir de forma satisfatória, auxiliando não só os acadêmicos como a comunidade sobre a importância da capacitação dos educadores para trabalhar com essa demanda, onde serão explanados e relatados todos os conhecimentos adquiridos que irão colaborar para pesquisas futuras.

Enquadramento Teórico

Transtorno do espectro autista - TEA

O termo tem origem grega onde “autos” significa “próprio”, destaca que o termo “idiotia” também de origem grega tem o mesmo significado de “autismo” na origem latina, descrevendo assim uma pessoa fechada ou reclusa (Stelzer, 2010).

Stelzer (2010) referenciava o autismo como um distúrbio da consciência onde ocorre um desligamento parcial ou absoluto da pessoa entre a realidade e a vida interior. O teórico Jean Piaget em seus estudos, elaborou uma definição para o pensamento “autista” como subconsciente, não havendo percepção do consciente dos objetivos e problemas a serem resolvidos. Desta forma, o pensamento não era adaptado à realidade externa, criando assim um mundo em si mesmo.

Nos últimos anos o índice de crianças com transtorno do espectro autista teve um aumento considerável, que despertou em muitos pesquisadores a atenção para estudá-lo, já que a maioria das pessoas desconhecem ou não sabem explicar com clareza do que se trata. De acordo com Alves, Neves e Souza, (2015), o autismo é caracterizado como um distúrbio congênito com alterações no comportamento e desenvolvimento infantil, onde tem início nos primeiros anos de vida trazendo prejuízos a interação social bem como a comunicação da criança com o meio.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017), calcula que o autismo afeta uma em cada 160 crianças no mundo, o transtorno do espectro autista geralmente tem início na infância e prossegue durante a adolescência e vida adulta. A Organização das Nações Unidas (ONU), diz que várias pesquisas

científicas sugerem a existência de muitos fatores que podem deixar a criança mais propensa ao autismo, incluindo questões ambientais e genéticas.

Este transtorno compromete as habilidades sociais e comunicativas da criança tendo algumas características como a agitação motora, falta de concentração, agressividade e a grande maioria apresenta dificuldades na aprendizagem no meio escolar. Segundo Oliveira (2009), o autismo refere-se a uma disfunção neurológica que clinicamente se manifesta pelo atraso ou desvio nas aquisições do neurodesenvolvimento.

Características diagnósticas nuclear estão evidentes no período do desenvolvimento, nas intervenções, compensações e apoio atual podem mascarar as dificuldades, pelo menos em alguns contextos. Manifestações do transtorno também variam muito dependendo da gravidade da condição autista, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica, sendo assim utilizado o termo espectro. O transtorno do espectro autista engloba transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger (DSM-5, 2014).

Outros autores como Assumpção e Pimentel (2000), conceituam o autismo como uma síndrome comportamental definida, com etiologias orgânicas também acentuadas, caracteriza-se por um déficit na interação social visualizado pela inabilidade em relacionar-se com o outro, geralmente combinado com dificuldades na linguagem e alterações de comportamento. Os mesmos ainda argumentam em relação ao tratamento, que deve ser realizado a partir de cuidados médicos, psicoterapia e a utilização de psicofármacos.

O autismo clássico foi inicialmente descrito pelo psiquiatra Leo Kanner (1943), onde o mesmo julgava ser uma condição neurológica que aparentemente decorre da incapacidade de estabelecer vínculos afetivos com as demais pessoas e para tolerar modificações do ambiente e rotinas diárias. Ele indagou que a característica principal de todas as crianças autistas era sua incapacidade de se relacionar com outras pessoas nos primeiros anos de vida (KLIN 2006).

Conforme Stelzer (2010), acreditava que o autismo era um processo psicótico, enquanto a psicopatia autística de Asperger era considerada como um traço de personalidade. A Classificação Internacional das Doenças – CID 9, publicada pela Organização Mundial da Saúde em sua nona edição, incluiu o autismo como uma forma de psicose com início na infância e com tendência a evolução para esquizofrenia. O autismo recebeu diferentes nomes nos primeiros anos sendo alguns deles, o autismo esquizofrênico de Bender em 1959; *autismus infantus* de Van Krevelen em 1971; Tríade de deterioração social de Rutter; Síndromes autistas de Wing e desordens autistas, por Coleman e Gillberg. Conforme o autor acima o autismo possui como forma de tratamento segundo a teoria psicogênica, a psicoterapia para as crianças e os pais, sendo uma das primeiras formas de tratamento medicamentoso o uso de ácido D-lisérgico, conhecido também como LSD, uma droga alucinógena atualmente considerada ilícita. Um dos tratamentos indicados posteriormente era o comportamental do autista, esse tratamento era realizado através de punições. Para comportamentos positivos era geralmente indicado por uso de alimentos, já como terapia aversiva, eram indicados choques elétricos e palmadas.

A lei 12.764 (2012) assegura a pessoa com transtorno do espectro autista como deficiência, para todos os efeitos legais, onde de acordo com a lei a pessoa com autismo é aquela que apresenta deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e das interações sociais, ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento, à educação e ao ensino profissionalizante. As estimativas atuais da prevalência de transtornos do espectro autista é cerca de quatro vezes mais frequente entre meninos, que são distúrbios do neurodesenvolvimento que é caracterizado por deficiência intelectual que afeta a interação e comunicação social.

De acordo com o DSM-5 (2014), as características essenciais do transtorno do espectro autista são prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário. O

estágio em que o prejuízo funcional fica evidente irá variar de acordo com características do indivíduo e seu ambiente.

Atuação do psicólogo com alunos autistas no contexto escolar

O Psicólogo possui uma ampla área de atuação no que diz respeito ao objetivo de promover o equilíbrio e o crescimento emocional do indivíduo. Partindo desta perspectiva, com o intuito de delimitar essa área de atuação para o contexto educacional, é possível descrever, diferentes pressupostos sobre o papel do psicólogo nas dinâmicas envolvidas, visando a utilização das técnicas psicológicas, com finalidade de promover a influência do ensino em todos os seus aspectos (Santos, Bezerro & Tadeucci, 2010).

O exercício da profissão do psicólogo escolar no aspecto histórico era privativo, e foi através da lei nº 4.119, de agosto de 1962, que regulamentou a profissão, e estabeleceu alguns campos de atuação que a princípio não eram exploradas, a saber uma delas que acabaram por surgir foi a escolar. Nesse contexto é interessante entender o que alguns autores definem sobre essa área de atuação.

Andaló (1991, p. 133), afirma que “o psicólogo que atua na educação deve possibilitar ao professor acesso ao conhecimento psicológico relevante para sua tarefa de transmissão e construção do conhecimento”. Já Almeida (1999, p. 77), afirma que o papel do psicólogo escolar “implicaria em lidar com a subjetividade e as relações interpessoais no âmbito da escola e demais profissionais da educação uma reflexão sobre sua prática educativa”.

Um dos fatores de grande relevância que delimita a atuação do psicólogo no contexto escolar e que ao mesmo tempo cria um parâmetro é a diferenciação da prática clínica. O psicólogo escolar não realiza a “cura” de patologias, e sim seu atendimento está voltado para o diagnóstico e “cura” dos problemas de aprendizagem apresentados pelos alunos (Santos, Bezerro & Tadeucci, 2010).

A educação inclusiva é um tema de muita discussão que vêm ganhando força desde a deliberação dos documentos que determinam os direitos de Educação para Todos, e desde então são discutidas as mais diversas formas de trabalho escolar que propiciem a educação para todos e não a

uma parte somente. Dessa forma para que esse objetivo seja alcançado é necessário que ocorra um trabalho em conjunto, entre todos os diferentes agentes educacionais. Esse trabalho colaborativo envolve a inclusão e prevê modificações no ambiente que realmente favoreçam a inclusão o que é diferente de integração escolar. Enquanto a inclusão se preocupa em oferecer uma educação especializada ao estudante; a integração escolar se refere ao processo que envolve as dinâmicas de ensinar e educar no mesmo grupo de estudantes com e sem deficiências ou transtornos (Benini & Castanha, 2016).

Percebe-se que desde então os desafios relacionadas a uma educação inclusiva vêm aumentando, onde é de grande importância que sempre seja realizada uma avaliação sobre tal temática visto que a cada ano que passa as escolas recebem alunos que necessitam de um olhar especializado durante seu processo de escolarização. O Transtorno do Espectro Autista- TEA têm sido uma demanda que vem aumentando cotidianamente. Em relação aos estudantes diagnosticados com o TEA segundo Benitez e Domeniconi (2018, p. 2) “[...] na escola tem gerado a necessidade de aprimoramento das práticas educativas e pedagógicas, uso de recursos e principalmente da instrumentalização de professores para que possam compreender as especificidades que estes alunos apresentam nos processos de socialização e aprendizagem.

Com base nas informações descritas, para que haja uma intervenção do profissional de psicologia aliada ao atendimento dessa demanda, é necessário que este profissional envolva toda a família no que tange ao processo de ensino-aprendizado, pois os pais precisam estar inteirados do processo de inclusão para facilitar o processo educativo, pois o psicólogo tem uma grande importância para possibilitar e estimular a interação dos pais junto à escola (Queiroz, TakeI & Rapold, 2017).

Os autores, Andrada (2005, p. 13 *apud* Queiroz, Takei & Rapold, 2017) corroboram que:

O psicólogo no trato com os pais deve, através do processo dialógico com os responsáveis, entender como os filhos e os pais estabelecem a relação de autonomia X dependência; autoridade; relacionamento cognitivo e da emoção.

Através disso desenvolver reuniões palestras, encontros para que os responsáveis possam contribuir para uma educação mais participativa e que, sobretudo, respeite os diferentes.

Conforme os mesmos autores acima “o psicólogo pode “confrontar família e professor quando necessário, criando espaço de diálogo franco das dificuldades de todos, não só do aluno, diluindo nos sistemas a culpa pelo fracasso escolar. Assim, outra armadilha é enfraquecida: ‘a culpa é da família’.

É possível observar que a atuação do psicólogo no contexto escolar para auxiliar na promoção da inclusão escolar é de fundamental importância. Diante das complexidades que envolve o trabalho desse profissional, o psicólogo pode também encaminhar crianças com dificuldades para passar por avaliações de outros profissionais, observar a efetividade do aprendizado dessas e questionar as didáticas do professor, visto que também deve servir de escuta para os professores quanto aos desafios e dificuldades em sala de aula, principalmente no ensino dos estudantes autistas a fim de orientá-lo no que for necessário (Queiroz, Takei & Rapold, 2017).

Os profissionais de psicologia que atuam no contexto escolar devem sempre estar inseridos nos conselhos de classe e reuniões para evitar a criação de rótulos direcionados aos estudantes com autismo, proporcionando uma melhor compreensão das habilidades e dificuldades dos estudantes com esse transtorno. A importância de trabalhar a organização dos ambientes de estudos proporciona ao estudante autista uma potencialização à independência através de estímulos visuais, favorecendo assim sua aprendizagem e adaptação ao ambiente escolar.

Desafios dos professores com crianças autistas

Atualmente o sistema escolar brasileiro faz uma investigação como deparar soluções que respondam ao acesso e à permanência dos alunos com deficiência nas escolas de ensino regulares, assim algumas instituições públicas e particulares já mudaram sua organização pedagógica, valorizando e reconhecendo as diferenças, sem discriminá-los e/ou segregá-los (Pimentel & Fernandes, 2014).

No que diz respeito ao aspecto educacional da pessoa com autismo, Nilsson (2003), afirma que é necessário utilizar possíveis estratégias visuais apontando assim uma programação diária e um sistema de trabalho individual, atividades adaptadas individualmente para realizar um trabalho de independência, atividades visuais obrigatória, atividades recreativas e atividades motoras. Vale ressaltar que sejam estimuladas as habilidades de comunicação e expressão, para que consigam interagir socialmente e compreender a sua realidade, minimizando assim as barreiras trazidas pelo transtorno.

Os desafios enfrentados por esses professores são na compreensão dos comportamentos dos alunos com TEA, a agressividade partindo da criança. A adequação da estrutura proporciona oportunidades aos demais da sala fazendo com que o autista seja aceito pelos colegas em sala de aula e a sociedade. A busca da valorização desse aluno com seus obstáculos respeitando suas sensibilidades, esses profissionais se questionam se o autista realmente está aprendendo, se a uma capacidade de assimilar o que o professor traz em sala de aula, os seus comportamentos repetitivos, os gritos desses alunos frente sua carteira, e mesmo que esse profissional procure por conhecimento precisa fazer a união da teoria com a prática para auxiliar o aluno a ter um ambiente propiciador de aprendizagem. (Uchôa, 2015).

A biografia da educação inclusiva é caracterizada pelo circuito de concepções diversas de deficiência e diagnóstico de crianças com necessidades educativas especiais. A expressão “inclusão escolar” aparece na literatura americana, na década de 1990, procedida da sugestão de integração escolar que direciona a atenção para uma reestruturação da escola. Sua finalidade era possibilitar o atendimento aos alunos com NE, bem como a efetiva fusão do ensino regular e especial (Rodrigues, Moreira & Lerner, 2012).

No entanto esse desafio cotidiano no contexto escolar a principal fonte geradora de sofrimento desse profissional é não conseguir unificar a teoria juntamente com a aplicação da prática havendo uma frustração e um despreparo para lidar com esses alunos com TEA. É importante ressaltar as condições desfavoráveis da escola, materiais inadequados, falta de acompanhamentos, cursos, debates e outras

atividades para facilitar a direção dos trabalhos do professor com seus alunos especiais, onde muitos profissionais são suspensos ao stress devido às suas próprias experiências pessoais e às exigências da atualidade para dar conta de toda a demanda, que podem ser ativadas diante da deficiência dos alunos incluídos (Smeha & Ferreira 2008).

O trabalho de inclusão escolar não pode ser realizado sem a inclusão dos professores, já que eles são um dos instrumentos mais importantes na manutenção desse lugar social, observa-se a importância que o professor poder resgatar e se adequar do trabalho que desenvolve com a criança (Bastos & Kupfer, 2010).

Segundo Silva (2012), o professor em sua prática pode estar contribuindo no desenvolvimento social de alunos com autismo através de “utilização de todos os recursos disponíveis pertinentes à socialização e obtenção de linguagem, comunicação, e ajustamento de comportamentos para garantir o desenvolvimento dessa criança, o educador precisa estar atento as socializações dos alunos de maneira que estimule interação.

Segundo Lopes e Pavelacki (2004) a hora do lanche é uma situação que prioriza a alimentação, mas permite também que o aluno autista tenha respeito pelo lanche do outro, bem como aprende a compartilhá-lo em algumas ocasiões. Aparentemente na hora de saída da escola, onde a rotina encerra com o educador estimulando que o aluno faça a organização do seu material.

Os alunos autistas mudam seu comportamento quando algo de sua rotina é alterado. A memória do autista é voltada para o visual, fazendo necessário a utilização de técnicas que estimulem esse lado, provocando assim o aluno a observar as cores, tamanhos, espessuras, animais, pessoas, contextos. Mas, por outro lado a estrutura da sala de aula voltada para a educação infantil deverá conter pouca estimulação, para que a criança não desvie sua atenção das atividades direcionadas (Lopes & Pavelacki, 2004).

Os educadores se atentam aos pontos sociais das crianças inclusas, enquanto os pais esperam que eles se atentem para os aspectos pedagógicos. No entanto os educadores ao decorrer da prática, aprendem a lidar com o aluno autista, porém, todavia não contam com conhecimento teórico que sustente essa prática.

Professores de educação infantil que têm relação direta no procedimento de inclusão, ressalvam que as dificuldades fundamentais consistem em espaço físico, recursos materiais e humanos e relativos a sua própria formação. Na visão dos professores, a inclusão necessitaria ser efetivada em turmas menores, pois, dessa forma, seria plausível dedicar mais atenção aos alunos deficientes. Pode – se notar um despreparo para atender os alunos autistas, bem como para conte-lós e ensiná-los, esse resultado, aparentemente, é causado pela formação profissional escassa nas áreas especiais e pela falta de conhecimento sobre TEA e suas aparições (Fernandes & Pimentel, 2014).

Portanto são necessárias políticas educacionais que possam garantir a formação de professores para lidar com esses alunos, com isso a formação e a profissionalização docente oportunizarão mudanças na ação docente e no planejamento das atividades necessários ao enfrentamento desses desafios. É importante observar no que se refere à aprendizagem do aluno com TEA é necessário que o professor tenha conhecimento dos ritmos de aprendizagem que podem ser mais lentos e os resultados mais demorados, para que a ansiedade não venha a prejudicar a mediação (Ribeiro, 2013).

No entanto é relevante ressaltar um dos desafios, sendo ele a necessidade de um processo de escuta por parte do professor, para que haja possíveis tentativas de comunicação efetiva com seus alunos, quanto ao uso de estratégia o professor tem que valorizar todas as formas de expressão do aluno isto envolve disponibilidade de tempo e interesse para a comunicação (Ribeiro, 2013).

Esta relação põe à prova, mais do que nenhuma outra, os recursos e as habilidades do educador. Como ajudar aos autistas a aproximarem-se de um mundo de significados e de relações humanas significativas? Que meios podemos empregar para ajudá-los a comunicarem-se, atrair sua atenção e interesse pelo mundo das pessoas para retirá-los do seu mundo ritualizado, inflexível e fechado em si mesmo? (Rivière, 1984).

Uma das responsabilidades do educador é a de interferir por meio da reflexão e da ação reflexiva, para o bem comum do educando, sendo impossível fazer de conta que o autismo não existe, pois enquanto educadores há uma necessidade em buscar

maneiras inovadoras, facilitadoras, diferenciadas e produtivas para a construção de uma melhor qualidade de vida para a pessoa com autismo (Orrú, 2003).

A legislação que ampara o aluno autista em âmbito escolar

A palavra "autismo", recentemente pode ser associada a diversas síndromes, que aumenta a possibilidade do autista ser considerado com deficiência mental, é um transtorno do desenvolvimento que acomoda em muitos quadros, quociente de inteligência (QI) abaixo da média e acima também (Alves, Neves & Souza, 2015).

A Constituição Federal brasileira de 1988 e as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conforme a Lei no 9.394/96, a educação como direito de todos, as pessoas com necessidades educacionais especiais deveriam ter atendimento educacional "preferencialmente na rede regular de ensino", ainda que não aparecesse como obrigatória a escolarização no sistema regular, de acordo com a lei 13.861/2019 os censos demográficos do IBGE realizados a partir de 2019 deveram incluir as especificidades pertinentes ao transtorno do espectro autista.

O educando com deficiência será assegurado a assistência de um acompanhante especializado, nos estabelecimentos de ensino públicos ou privados, quando necessário para promover seu atendimento educacional na rede regular de ensino. O parágrafo único do art. 3º da lei Nº 12.764, de dezembro de 2012, diz que em casos de comprovação da necessidade, o aluno com transtorno do espectro autista incluído em classes comuns de ensino regular, no termo inciso IV do art. 2º, terá direito absoluto a um acompanhante especializado, com o dever de atender as necessidades de socialização do mesmo (Lei nº 12.764, 2012).

Conforme o decreto nº 6.571 de 18 de dezembro de 2008 o AEE é um serviço de atendimento educacional especial que elabora e organiza recursos pedagógicos de acessibilidade para a plena participação dos alunos, avaliando cada necessidade presente. Ele deve ser articulado com a proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum e

será necessária a articulação entre os profissionais do ambiente escolar e da família, a fim de observar a funcionalidade e a aplicabilidade utilizada no desenvolvimento do plano para a criança. Dessa forma o professor do AEE poderá contribuir orientando os profissionais da escola na elaboração das estratégias no cotidiano escolar, na elaboração de recursos e na organização da rotina, de acordo com as peculiaridades do aluno. Conforme a resolução na execução do plano do AEE,

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Art. 9º A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento (Resolução Nº4, 2009, p. 1-2).

A constituição federal argumenta sobre o artigo 205, onde define a educação como um direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o treinamento da cidadania e a qualificação para o trabalho. Situa a igualdade de condições de acesso e continuação na escola como um princípio. Por fim, avalia que é dever do Estado proporcionar o atendimento educacional especializado (AEE) preferencialmente na rede regular de ensino.

Conforme Tibyriça (2011), o atendimento educacional especializado às pessoas com autismo deve ser, de preferência, na rede regular de ensino, entretanto não são todos que se beneficiam do ensino em salas comuns de escolas regulares, cada caso deve ser analisado individualmente pela equipe pedagógica e de saúde que acompanha a criança ou o adolescente. Alguns se adaptam bem à inclusão em escolas regulares, porém em salas menores, com suporte, ou até em salas especiais.

Considerações finais

A presente pesquisa nos ajudou a perceber a importância da capacitação do educador no meio escolar para atender a essa demanda, foi a partir das dificuldades percebidas em relação ao processo de aprendizagem e socialização de autistas e os reflexos dessas situações no desempenho como aluno que surgiu o interesse em realizar a pesquisa sobre o mesmo. Portanto sobre os direitos que ampara os alunos autistas temos a Constituição Federal brasileira de 1988 e as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conforme a Lei no 9.394/96, a educação como direito de todos, as pessoas com necessidades educacionais especiais deveriam ter atendimento educacional “preferencialmente na rede regular de ensino”, ainda que não aparecesse como obrigatória a escolarização no sistema regular.

Observou-se que há uma dificuldade dos órgãos educacionais em desenvolver com eficácia as devidas atividades, em decorrência da falta de estrutura ou até mesmo de aprimoramento profissional para trabalhar com esse determinado público.

Se tratando do papel do psicólogo no âmbito escolar percebe-se uma grande relevância por estar

oferecendo suporte no processo de ensino e aprendizagem, trabalhando de formas estratégicas para melhor lidar com a demanda, elaborando palestras psicoeducativas, e levando em consideração o processo biológico, psicológico e social desse aluno, realizar momentos de escuta com esse professor quando possível, porém isso tudo depende o tamanho da demanda proposta para esse psicólogo que muitas das vezes só consegue focar no aluno.

É possível afirmar que através da pesquisa bibliográfica identificou-se uma necessidade de realizar uma pesquisa a campo para aprofundar ainda mais sobre a realidade enfrentada diariamente no cotidiano das escolas e como se dá as dinâmicas envolvidas no processo de ensinar e aprender.

Ao abordarmos o tema, concluímos a falta de materiais atualizados para realização de pesquisas bibliográficas, entretanto através das leituras encontradas pode-se observar, que há uma necessidade de um olhar ainda mais focado nesta temática, onde através de um trabalho integrado entre os profissionais que atendem essa demanda podem estar traçando metas e aliando a família, escola e comunidade na inclusão dos alunos autistas.

Referências

- Almeida, S. F. C. (1999). O psicólogo no cotidiano da escola: re-significando a atuação profissional. In: Guzzo, R. S. L. (Org.). *Psicologia escolar: LDB e educação hoje*. Campinas: Editora Alínea.
- Alves, M. M. C., Souza, R. C. S., & Neves, C. G. B. (2015). *A criança autista no mundo chamado escola*. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional. Sergipe.
- American Psychiatric Association (2014). *DSM-V: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* 5. ed.. Porto Alegre: Artmed.
- Andaló, C. S. A. A atuação do psicólogo na Instituição Escolar. In: ABRAPEE/PUCCAMP (Orgs.). *Psicólogo escolar: identidade e perspectivas*. Campinas: Átomo, 1991.
- Assumpção, F. B., & Pimentel, A. C. M. (2000). Autismo Infantil. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. Belo Horizonte.
- Benini, W., & Castanha, A. P. (2016). Os Desafios da Escola Pública Paraense na Perspectiva do Professor PDE. *Cadernos PDE*. Secretaria de Educação, Paraná.
- Benitez, P., & Domeniconi, C. Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual. *Psicologia Escolar e Educacional*. São Paulo. v. 22. 2018.
- Bastos, M. B., & Kupfer, M. C. M. (2010). A escuta de professores no trabalho de inclusão escolar de crianças psicóticas e autistas. *Estilos da clínica*, v. 14. São Paulo.

Brasil. (2012). Lei nº 12.764, de 27 de dez de 2012. *Institui a política Nacional de Proteção dos Direitos de Pessoas com Transtorno de Espectro Autista*. Brasília, DF.

Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dez. de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF.

Brasil. Lei nº 13.861/2019, de 18 de jul de 2019. *Incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos*. Brasília, DF.

Klin, A. (2006). Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. *Rev. Bras. Psiquiatr.* v. 28 supl.1 São Paulo.

Lopes, D. C., & Pavelacki, L. F. (2004). *Técnicas de utilizadas na educação dos autistas*. Ulbra. Guaíba.

MEC. (2009). Resolução nº 4, de 2 de out de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. *Diário Oficial da União*, Brasília.

MEC. (2008). *Diretrizes operacionais da educação para o atendimento educacional especializado na educação básica*. Publicação & Itemid. Basília.

Nilsson, I. (2003) *Introdução á educação especial para pessoas com transtornos do espectro autístico e dificuldades semelhantes de aprendizagem*.

Oliveira, A. M. B. C. (2008/2009). *Perturbação do espectro de autismo: a comunicação*. Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, Porto.

Orrú, S. E. (2003). A Formação de professores e a educação de autistas. *Revista Iberoamericana de Educación – OEI*. São João de Boa Vista.

Pimental, A. G. L., Fernandes, F. D. M. (2014). A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo. *Audiol., Commun. Res.* v.19, n.2 São Paulo.

Queiroz, M. C. C., Takei, R. F., & Rapold, R. C. M. (2017). O psicólogo escolar como mediador no processo de aprendizagem das crianças autistas. *Revista universo*. Salvador.

Ribeiro, E. L. (2013). *A comunicação entre professores e alunos autistas no contexto da escola regular: Desafios e Possibilidades*. UFBA. Salvador Bahia.

Rodrigues, I. B., Moreira, L. E. V., lerner, R. (2012). Análise institucional do discurso de professores de aluno diagnosticados como autistas em inclusão escolar. *Psicologia: teoria e prática*, v. 14. São Paulo.

Rivière, A. (1984). Modificacion de Conducta em el Autismo Infantil. *Revista Espanola de Pedagogia*, v. XLII, p. 164-5, Madrid.

Santos, E., Bezerra, M. S. P., & Tadeucci, M. S. R. *Educação: a importância do psicólogo no contexto escolar*. Paraíba. INC.

Silva, S. F., & Almeida, A. L. (2012). Atendimento educacional especializado para aluno com autismo: desafios e possibilidades. *International Journal of Knowledge Engineering and Management (IJKEM)*, v.1, n.1, p. 62-88.

Smenha, L. N., & Ferreira, I. V. (2016). *Prazer e sofrimento docente nos processos de inclusão escolar*. UFSM. Santa Maria, RS.

Stelzer, F. G. (2010). *Uma pequena história do Autismo*. Oikos. São Leopoldo.

Tibyriça, R. F. et al. (2011). *Direitos das pessoas com autismo*. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. São Paul.

Uchôa, Y. F. (2015). *A Criança Autista na Educação Infantil: desafios e possibilidades na educação inclusiva*. UEPBB. Campina Grande, PB.

Debora Caroline Machado Matt

Professora de Graduação da Faculdade de Rolim de Moura – FAROL.

E-mail: debora.matt@farol.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-1246-8319>

Daiana Mendes dos Santos

Graduanda do décimo período de Psicologia pela FAROL - Faculdade de Rolim de Moura/RO, Brasil.

E-mail: dady_daiana@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-6488-2140>

Getúlio Silva e Sousa

Graduando do décimo período de Psicologia pela FAROL – Faculdade de Rolim de Moura/ RO, Brasil.

E-mail: getuliosousasilva@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-9348-4224>

Leticya Vieira Kist

Graduanda do sexto período de Psicologia pela FAROL – Faculdade de Rolim de Moura/RO, Brasil.

E-mail: kist_@outlook.com

 <https://orcid.org/0000-0001-5826>

Lucas Gusmão de Oliveira

Graduando do décimo período de Psicologia pela FAROL - Faculdade de Rolim de Moura/RO, Brasil.

E-mail: gusmaolucas09@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-6277-8630>

Mariana da Silva Rodrigues

Graduanda do décimo período de Psicologia pela FAROL - Faculdade de Rolim de Moura/RO, Brasil.

E-mail: marianasilrok@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-1181-0140>

Recebido em: 05/03/2021

Aceito em: 07/09/2021